

Pinga Fogo

Participe do Pinga Fogo. Envie seu comentário para pingafogo@ftmrs.org.br

Trabalhadores pedem ao Governo que não vete alternativa ao fator previdenciário

A reunião realizada entre representantes das centrais sindicais e o Governo nesta segunda-feira (15), com o objetivo de discutir alternativas sobre a flexibilização do fator previdenciário, aprovada no Congresso Nacional, ficou sem consenso.

O resultado não agradou às centrais sindicais. Os ministros fizeram uma apresentação afirmando que o modelo 85/95 não seria uma boa saída porque, em 2060, a Previdência Social poderia falir se a regra for aplicada. Não foi apresentada nenhuma proposta.

Os sindicalistas contestam alegando que



desde que o fator previdenciário foi instituído, na década de 1990, os trabalhadores vêm sofrendo injustamente enormes prejuízos.

De acordo com o presidente da CUT, Vagner Freitas, “é essencial que a presidenta sancione aquilo que foi aprovado no Congresso. A regra

85/95 repara parcela dos danos provocados pelo fator previdenciário”.

O prazo para a sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff à fórmula 85/95 termina esta semana. Caso haja o veto, o projeto voltará ao Congresso Nacional.

As centrais sindicais afirmam que estão dispostas a dialogar para encontrar uma solução em conjunto com a Presidência da República, porém entendem que a nova regra deve ser aprovada e, a partir de sua entrada em vigor, ser construída uma nova alternativa que contemple as contas da Previdência Social e os interesses dos trabalhadores.

O que está em jogo esta semana

O fator previdenciário considera o tempo de contribuição, a idade do contribuinte e a expectativa de vida da população a partir de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Esta regra limita o valor da aposentadoria de pessoas que se aposentam com menos idade (mesmo que já tenham cumprido o tempo de contribuição), uma vez que a expectativa de vida dos brasileiros está

em constante aumento.

Já a alternativa aprovada pelos parlamentares, no final do mês de maio, permite que o trabalhador possa se aposentar sem a incidência do fator previdenciário após 30 anos de

contribuição no caso de mulheres, e de 35 anos, no caso de homens, desde que a soma do tempo de contribuição com a idade seja igual ou superior a 85, para mulheres, e a 95, para homens.

Operação Zelotes já trouxe mais prejuízos que desvio na Petrobras

A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no país. A suspeita é de que quadrilhas atuavam junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda,

revertendo ou anulando multas.

A investigação aponta que as quadrilhas, formadas por conselheiros e servidores públicos, recebiam propina das empresas para que “manipulassem” vereditos do Carf em processos de dívidas tributárias, anulando ou

atenuando cobranças da Receita.

Estão sob suspeita 74 processos, somando R\$ 19 bilhões em valores devidos ao fisco. A Polícia Federal já confirmou o prejuízo de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, valor três vezes maior que o desviado da Petrobras

(Operação Lava Jato).

O jornal Folha de São Paulo divulgou uma lista contendo os nomes das empresas investigadas, entre elas: Embraer, Petrobras, TIM, Partido Progressista (PP), grupo Gerdau, RBS, Ford, Mitsubishi, Santander, Bradesco e Safra.

Medidas econômicas do Governo pioram situação dos trabalhadores em cenário de crise

A economia brasileira vem sofrendo os impactos da crise econômica internacional, o que é demonstrado pelos indicadores. O comércio registrou queda de 5,3% nos primeiros três meses do ano, e a indústria diminuiu a produção em 6,3% no ano. Os reflexos

também são sentidos no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a queda na renda dos trabalhadores.

Em meio a esta conjuntura, o ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, planeja uma economia de R\$ 80 bilhões,

visando diminuir a dívida pública bruta federal, o déficit externo e controlar a inflação.

Esta política, aliada ao aumento da taxa de juros, que se elevou para 13,75% ao ano, recai principalmente sobre o trabalhador, na medida em que diminui os investimentos,

públicos e privados, e inibe o consumo das famílias. Em contrapartida, quem está ganhando com o aumento da taxa de juros são os rentistas e o setor financeiro (que acumulou lucros de R\$ 14,7 bilhões no primeiro trimestre de 2015, uma alta de 24% no período).

Estatuto da Família: retrocesso da sociedade

O Projeto de Lei 6583/13 (de Anderson Ferreira, PR-PE) que institui o Estatuto da Família, tramita no Congresso e pode ir à votação ainda em junho. Polêmico, define como família o núcleo social formado a partir da união estável entre um homem e uma mulher.

Diversos setores da sociedade consideram o projeto um atentado à dignidade e aos direitos humanos, além de desumanizar por desconsiderar

a enorme quantidade de crianças disponíveis para adoção, submetidas diariamente ao sofrimento psicológico do abandono afetivo e material. Além, de marginalizar famílias formadas por casais homoafetivos.

Outro aspecto bastante criticado é o fato de o autor do projeto de lei ter esquecido que o Brasil é um país laico, onde as crenças religiosas não têm ingerência na legislação.



Publicação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul e sindicatos filiados

Endereço da FTMS: Rua Voluntários da Pátria, 595, 10º andar, sala 1007 - Centro - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: 51 3228-4877
Presidente: Jairo Carneiro - Jornalista Responsável: Janaína C. Capeletti MTB 9869 - Colaboradores: Carina Weber, Cristina Vieceli, Geraldo Muzykant, Natália Dalla Nora, Renata Machado e Rita Garrido - Diagramação: Jean Lazarotto.